

PERIFERIAS E ESPAÇOS RURAIS

Comunicações do
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCÍPIA

Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais

PRINCIPIA

principia@principia.pt · www.principia.pt

Principia Editora, Lda.

Av. Marques Leal, 21 · 2765-495 S. João do Estoril · Portugal
Tel.: +351 214 678 710 · Fax: +351 214 678 719
principia@principia.pt · www.principia.pt


PRINCIPIA
EDITORA

Título <i>Periferias e Espaços Rurais</i> <i>– Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais</i>	Código Cliente
Autores Vários	Factura N.º
Editora PRINCIPIA	Data / /
ISBN 978-972-8818-99-9	Preço € ,
	<input type="checkbox"/> FIRME <input type="checkbox"/> SN <input type="checkbox"/> CONSIGNAÇÃO

Título

Periferias e Espaços Rurais

– *Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*

Coordenadores

Tomaz Dentinho

Orlando Rodrigues

Edição e copyright

Princípia, Estoril

1.^a edição – Outubro de 2007

© Princípia Editora, Lda.

Design da capa Maia Moura Design • **Execução gráfica** Tipografia Peres

ISBN 978-972-8818-99-9 • **Depósito legal** 262486/07

Princípia

Av. Marques Leal, 21 – 2765-495 S. João do Estoril • Portugal

Tel.: +351 214 678 710 • Fax: +351 214 678 719 • principia@principia.pt • www.principia.pt

Tomaz Dentinho
Orlando Rodrigues

Periferias e Espaços Rurais

Comunicações apresentadas ao
II Congresso de Estudos Rurais



PRINCIPIA

Introdução

Orlando Rodrigues

Um Congresso de Estudos Rurais constitui uma oportunidade maior para reequacionar a relevância do rural enquanto objecto de estudo e elemento unificador de análises convergindo de diversos campos disciplinares. Porém, mais do que insistir nos elementos distintivos do rural por oposição ao urbano, este congresso – o segundo, que dá corpo a esta publicação – orientou o debate a questão da marginalidade territorial, ou, de outro modo, a diferenciação de territórios ao longo de uma escala que, simplificada, se estende do central ao periférico ou, conforme uma distinção conceptual que adiante se esclarece, do central ao marginal, ou do central ao insular. O tema federador é, portanto, a reflexão sobre os problemas específicos das regiões periféricas e os mecanismos institucionais, económicos e sociais que, em interacção com as particularidades geográficas e naturais, são responsáveis pela produção e a reprodução de desigualdades espaciais.

Este debate é oportuno por surgir num tempo em que dois universos de políticas e de análise económica e social se afirmam e se estruturam conceptualmente: por um lado, o da produtividade/competitividade e, por outro, o da coesão. Qual instituto jurídico, como corolário de um longo processo de construção de políticas europeias, considera-se que há espaços (regiões, sectores, estratos sociais) que, quase por natureza, são competitivos no mercado e, em oposição, outros que são incapazes de acompanhar o ritmo dos ganhos de produtividade e se esvaecem económica e socialmente. Para estes últimos reservam-se as políticas de coesão. Porém, mais do que procurar construir políticas redistributivas para contrariar a tendência concentradora do mercado, considera-se que são necessárias políticas de promoção da competitividade, que acrescentem «um pouco» mais de vantagens comparativas nos mercados mundiais. Operado pelo mercado e acentuado pelas políticas, processa-se, assim, um movimento contínuo de selecção de empresas, de sectores, de regiões competitivas, mas, igualmente, a meteorização e a erosão de outros.

Podemos assim falar de um processo de perda acelerada de *ecodiversidade* e de *sociodiversidade*. Esta perda de diversidade económica e social ganha sentido, sobretudo, quando se introduz a dimensão espacial na análise. De facto, podemos considerar a variabilidade de actividades económicas ao nível local (alfa diversidade), mas igualmente a complementaridade socioeconómica entre sucessivos espaços locais (beta diversidade) e a variabilidade entre espaços regionais (gama diversidade). Para além de factor de redução do risco face a situações de crise, a *ecodiversidade* é igualmente um importante elemento gerador de relações de cooperação e, simultaneamente, de competição. É, portanto, um factor indutor de inovação e de crescimento.

Esta aparente evidência opõe-se, muito claramente, ao discurso dominante que analisa e planeia a competitividade das economias em função da selecção de *clusters* ou sectores estratégicos, associando-lhe o argumento de que, sendo os recursos escassos, importa concentrá-los na promoção desses sectores. Mais de meio século de políticas agrícolas centradas no paradigma da selecção política da competitividade deveria permitir fazer um balanço, extrapolável para o conjunto da economia, sobre a sustentabilidade destas políticas a médio e a longo prazo. A promoção da competitividade económica por via da selecção e da concentração de investimento público nalguns sectores é sustentável num horizonte mais alargado? Essas políticas não são inibidoras da capacidade de inovação e de resistência das economias face a crises? Sendo políticas que, frequentemente, têm implícita uma atribuição de direitos de propriedade e, por essa via, geram um efeito de concentração de riqueza, os custos sociais que lhes estão associados superam os benefícios globais?

O II Congresso de Estudos Rurais e a publicação que em resultado desse evento agora surge procuram respostas para algumas destas inquietações. Numa primeira parte, mais centrada nas questões agrícolas, evidenciam-se sinais de resistência ou de reemergência de actividades e sectores marginais ou periféricos que podem encerrar um elevado potencial de geração de riqueza e de competitividade pela diferenciação.

Na segunda parte, o debate foca-se nos problemas da sustentabilidade ambiental e do próprio ambiente enquanto gerador de riqueza e de produções transaccionáveis no mercado – as amenidades ambientais. O ajustamento das políticas de promoção do ambiente dirigidas a regiões periféricas, em boa parte catalogáveis enquanto políticas de coesão, é largamente discutido ao longo desta secção.

Por fim, a terceira parte centra-se no aspecto social do rural periférico: múltiplas dimensões são aqui esclarecidas, em particular as dinâmicas das redes sociais e os problemas relacionados com a educação, com os idosos e com os fenómenos migratórios.